

POLÍCIA COMUNITÁRIA: ESTRATÉGIAS DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS NA CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS PARA A SEGURANÇA LOCAL

COMMUNITY POLICING: STRATEGIES OF THE MILITARY POLICE OF GOIÁS IN BUILDING BONDS FOR LOCAL SECURITY

Guilherme Martins dos Santos Silva*
Raquel Vaz Resende**

RESUMO

O crescente desafio de lidar com diversas facetas da criminalidade exige estratégias inovadoras e adaptáveis. Nesse sentido, a presente pesquisa se propôs a explorar a eficácia e a implementação de estratégias de prevenção e repressão no cenário específico dessas unidades, contribuindo para o avanço do conhecimento e, consequentemente, para a otimização das práticas policiais. O problema de pesquisa central desta investigação reside na seguinte questão: Como as estratégias de prevenção e repressão à criminalidade podem ser aprimoradas e adaptadas para atender às especificidades das Unidades Policiais Militares na Polícia Militar de Goiás? Essa problemática surge da constatação de uma lacuna no conhecimento existente sobre práticas efetivas e ajustadas ao contexto local, que possam ser implementadas para melhorar a eficácia do policiamento. Para alcançar os objetivos propostos do trabalho, este estudo adotou uma abordagem quantitativa, centrando-se na coleta e análise de dados numéricos para avaliar indicadores operacionais e percepções relacionadas às estratégias de prevenção e repressão à criminalidade em Unidades Policiais Militares na Polícia Militar de Goiás. A população-alvo foi constituída por membros ativos das Unidades Policiais Militares em Goiás. A amostra foi selecionada de forma representativa, garantindo diversidade geográfica e hierárquica. Dentre os resultados obtidos destaca-se que os policiais avaliaram positivamente as estratégias que são adotadas pela polícia comunitária, sobretudo ao se tratar da prevenção ao crime. Mas há uma ressalva a ser feita, principalmente em relação ao maior envolvimento dos cidadãos, sobretudo quando for preciso efetivar alguma denúncia sobre os delitos. Por outro lado, com a pesquisa foi possível compreender o cenário em relação à segurança pública e o papel da polícia comunitária e com isso, considera-se que as ações em conjunto e a descentralização dos distritos permite assegurar aos civis seus deveres em relação à proteção contra a criminalidade.

Palavras-chave: Segurança Pública. Polícia Comunitária. Estratégias.

ABSTRACT

The growing challenge of dealing with various facets of crime requires innovative and adaptable strategies. In this sense, this research aimed to explore the effectiveness and implementation of prevention and repression strategies in the specific scenario of these units, contributing to the advancement of knowledge and, consequently, to the optimization of police practices. The central research problem of this investigation lies in the following question: How can crime prevention and repression strategies be improved and adapted to meet the specificities of Military Police Units in the Military Police of Goiás? This problem arises from the discovery

* Aluno do Curso de Pós-Graduação em polícia e segurança pública, Turma F, 5ª Cia, do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: 2tenpedroso@gmail.com

** Professor orientador, doutorando em Direitos Humanos, Mestre em Comunicação, Mídia e Cultura, graduado em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, Policial Militar, Goiânia – GO, 09/10/2023.

of a gap in existing knowledge about effective practices, adjusted to the local context, that can be implemented to improve the effectiveness of policing. To achieve the proposed objectives of the work, this study adopted a quantitative approach, focusing on collection and analysis of numerical data to evaluate operational indicators and perceptions related to crime prevention and repression strategies in Military Police Units in the Military Police of Goiás. The target population was made up of active members of the Military Police Units in Goiás. The sample was selected in a representative manner, ensuring geographic and hierarchical diversity. Among the results obtained, it is highlighted that the police officers positively evaluated the strategies adopted by the community police, especially when it comes to crime prevention. But there is a caveat to be made, mainly in relation to greater citizen involvement, especially when it is necessary to report crimes. On the other hand, with the research it was possible to understand the scenario in relation to public security and the role of the community police and with this, it is considered that joint actions and the decentralization of districts allow civilians to be assured of their duties in relation to protection against crime.

Keywords: Public Security. Community Police. Strategies.

1 INTRODUÇÃO

A área de prevenção e repressão à criminalidade constitui um campo crítico no contexto das forças de segurança, especialmente no âmbito das Unidades Policiais Militares de Goiás. O crescente desafio de lidar com diversas facetas da criminalidade exige estratégias inovadoras e adaptáveis. Nesse sentido, a presente pesquisa propõe-se a explorar a eficácia e a implementação de estratégias de prevenção e repressão no cenário específico dessas unidades, contribuindo para o avanço do conhecimento e, conseqüentemente, para a otimização das práticas policiais.

A relevância desse estudo torna-se evidente diante da complexidade dos desafios contemporâneos enfrentados pelas forças de segurança. A criminalidade, em suas diversas manifestações, exige uma compreensão aprofundada e estratégias específicas que atendam às demandas particulares de diferentes contextos. Citando dados atuais, observa-se um aumento nas taxas de determinados tipos de crimes, destacando a urgência de abordagens inovadoras e eficientes.

Em um breve histórico, percebe-se a evolução do cenário de segurança pública, marcado por mudanças sociais, tecnológicas e políticas. Essa evolução destaca a necessidade constante de adaptação e aprimoramento das estratégias de prevenção e repressão. Ao conectar-se com pesquisas anteriores, a presente investigação busca construir sobre as bases estabelecidas por estudos anteriores, expandindo a compreensão do tema e preenchendo lacunas que ainda persistem na literatura. A delimitação precisa do assunto concentra-se na análise das

estratégias adotadas nas Unidades Policiais Militares de Goiás, oferecendo uma perspectiva específica e relevante para o contexto em questão.

A relevância deste estudo é evidente considerando o cenário desafiador enfrentado pela Polícia Militar de Goiás no que diz respeito à prevenção e repressão à criminalidade. A ausência de estratégias eficazes pode resultar em consequências significativas para a segurança pública e a ordem social. Assim, a falta de abordagens inovadoras e adaptadas ao contexto local pode comprometer a eficácia das operações policiais, influenciando diretamente a segurança dos cidadãos (Malaguti, 2011).

A não resolução desse problema pode refletir não apenas na eficácia operacional da Polícia Militar, mas também na percepção de segurança da comunidade (Penha et al., 2020). Nesse sentido, a lacuna na implementação de estratégias de prevenção e repressão específicas para as Unidades Policiais Militares de Goiás pode resultar em respostas inadequadas aos desafios locais, contribuindo para a persistência e agravamento da criminalidade (Hamada; Moreira, 2020).

A pesquisa proposta visa preencher essa lacuna, contribuindo diretamente para a prática policial e, por extensão, para a segurança da sociedade. Além disso, ao destacar as limitações das pesquisas anteriores e apontar para a necessidade de abordagens mais específicas, este estudo pode influenciar positivamente as políticas de segurança pública, fornecendo insights valiosos para a tomada de decisões nas instâncias pertinentes. A transição para a apresentação do problema da pesquisa ocorre naturalmente a partir dessas considerações, destacando a necessidade premente de investigação aprofundada nesse campo.

O problema de pesquisa central desta investigação reside na seguinte questão: Como as estratégias de prevenção e repressão à criminalidade podem ser aprimoradas e adaptadas para atender às especificidades das Unidades Policiais Militares na Polícia Militar de Goiás? Essa problemática surge da constatação de uma lacuna no conhecimento existente sobre práticas efetivas e ajustadas ao contexto local, que possam ser implementadas para melhorar a eficácia do policiamento.

Embora existam estudos e teorias criminológicas que abordem estratégias de prevenção e repressão criminal, a aplicação desses conceitos em unidades específicas, como as da Polícia Militar de Goiás, não foi suficientemente explorada. Essa discrepância entre teoria e prática destaca a necessidade de investigar e desenvolver estratégias que estejam alinhadas às particularidades operacionais e socioculturais desse contexto específico.

A formulação do problema busca direcionar a pesquisa para uma abordagem prática e aplicada, alinhada às necessidades e desafios enfrentados pelas Unidades Policiais Militares.

Portanto, a pesquisa procura responder a essa lacuna no conhecimento ao explorar formas inovadoras e eficazes de prevenção e repressão à criminalidade, personalizadas para o contexto da Polícia Militar de Goiás.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 CRIMINOLOGIA

Segundo Fontes e Hoffmann (2022) evolução da criminologia ao longo do tempo reflete mudanças significativas em sua abordagem teórica e prática. Inicialmente, na fase pré-científica, surgiram teorias como a demonologia, fisionomia e frenologia, que buscavam explicar o crime por meio de conceitos sobrenaturais e características físicas. Posteriormente, a criminologia clássica e neoclássica enfatizou a dissuasão penal e a punição como formas de prevenção do crime, sem se preocupar com a ressocialização do delinquente.

A criminologia positiva, por sua vez, baseou-se no empirismo, focando no delinquente em detrimento do delito e negando o livre-arbítrio. No entanto, foi com a criminologia moderna que houve uma verdadeira revolução no campo, ampliando o escopo de estudo para incluir não apenas o delinquente, mas também o crime, a vítima e o controle social. Essa abordagem biopsicossocial considera o crime como um fenômeno individual e social, rompendo com a visão exclusivamente patológica do criminoso. Além disso, a criminologia moderna enfatiza a prevenção e controle do crime, substituindo a preocupação com o tratamento do delinquente pela intervenção dinâmica e complexa no fenômeno delitivo (Fontes; Hoffmann, 2022).

A análise etiológica do delito, ou seja, das causas do crime, também é uma preocupação central dessa abordagem. Nesse contexto, a criminologia moderna se destaca como uma ciência causal-explicativa, que busca compreender as origens do crime e suas formas de prevenção e controle. Sua evolução reflete a necessidade de uma abordagem mais abrangente e interdisciplinar, considerando não apenas o criminoso, mas também o contexto social, as vítimas e as dinâmicas de controle social (Fontes; Hoffmann, 2022)

Portanto, a criminologia moderna representa um marco na compreensão do fenômeno criminal, incorporando uma visão mais ampla e complexa, que considera as múltiplas dimensões do crime e busca soluções mais eficazes e justas para a prevenção e controle da criminalidade.

2.1.1 Prevenção e repressão à criminalidade

A prevenção e repressão ao crime são duas abordagens fundamentais no combate à criminalidade, atuando em diferentes estágios do ciclo delitivo. A prevenção busca antecipar-se aos atos criminosos, adotando medidas que inibam a ocorrência de crimes ou que evitem o comportamento propiciador das transgressões. Essas medidas preventivas podem incluir a implementação de políticas públicas, programas de conscientização, melhoria das condições socioeconômicas, vigilância e monitoramento, entre outras ações (Detoni; Trindade, 2019).

Por outro lado, a repressão ao crime consiste em impedir o comportamento delituoso por meio da imposição de sanções e punições aos infratores. Essa abordagem visa a aplicação da lei e a atuação das forças de segurança para coibir, deter e responsabilizar aqueles que transgredem as normas legais. A repressão também pode envolver a investigação criminal, a atuação policial ostensiva e a atuação do sistema judiciário na punição dos culpados.

Ambas as abordagens são complementares e essenciais para a promoção da segurança pública. Enquanto a prevenção busca evitar que os crimes ocorram, a repressão atua no sentido de responsabilizar os infratores e desestimular a prática de novas transgressões. Dessa forma, a combinação eficaz de estratégias de prevenção e repressão ao crime é fundamental para a construção de ambientes mais seguros e para a redução dos índices de criminalidade.

É importante ressaltar que a eficácia da prevenção e repressão à criminalidade está intrinsecamente ligada à colaboração entre o governo, as instituições da justiça criminal, organizações da sociedade civil e a comunidade em geral. A implementação de políticas integradas que combinem estratégias de prevenção e repressão, juntamente com a avaliação contínua de sua eficácia, é fundamental para lidar com a complexidade e dinâmica da criminalidade (Maia; Assis, 2019).

Além disso, a abordagem da prevenção e repressão à criminalidade deve ser pautada pelos direitos humanos, garantindo que as ações adotadas sejam proporcionais, justas e respeitem a dignidade de todos os envolvidos, incluindo vítimas, infratores e comunidades afetadas. Em resumo, a prevenção e repressão à criminalidade são elementos complementares e indispensáveis para a construção de uma sociedade segura e justa, exigindo abordagens holísticas, colaboração multissetorial e respeito aos direitos humanos (Maia; Assis, 2019).

2.2 SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO E CERCAMENTO ELETRÔNICO NA ATIVIDADE DE POLÍCIA OSTENSIVA: PREVENÇÃO E REPRESSÃO AO CRIME

Estudo de Detone e Trindade (2022) aborda a influência do sistema de videomonitoramento e cercamento eletrônico na atividade de polícia ostensiva, com foco na prevenção e repressão ao crime. A pesquisa foi realizada no município de Erechim, no Rio Grande do Sul, e teve como objetivo analisar como a implantação dessas ferramentas tecnológicas tem atuado na prevenção e repressão aos diversos grupos criminais.

O estudo apresenta uma revisão bibliográfica sobre o conceito de prevenção e repressão ao crime, destacando a importância da combinação eficaz dessas abordagens para a promoção da segurança pública. Além disso, o artigo apresenta uma análise documental e quantitativa dos índices criminais no período anterior e posterior à implementação do sistema de videomonitoramento no 13º Batalhão de Polícia Militar. Os resultados da pesquisa indicam que a implantação do sistema de videomonitoramento e cercamento eletrônico contribuiu para a redução dos índices criminais no município de Erechim. Os principais delitos que apresentaram redução foram furto a pedestre, furto arrombamento, roubo a pedestre e roubo a estabelecimento comercial, financeiro e de ensino.

Além disso, a pesquisa de Detone e Trindade (2022) aponta que os recursos disponibilizados pelos sistemas são aproveitados no processo de execução e contribuem para a atividade policial militar. Em suma, o artigo apresenta uma análise relevante sobre a influência do sistema de videomonitoramento e cercamento eletrônico na prevenção e repressão ao crime, destacando a importância dessas ferramentas tecnológicas como aliadas da polícia militar na promoção da segurança pública.

A implantação do sistema de videomonitoramento e cercamento eletrônico, abordado no artigo, pode ser considerada uma estratégia relevante para a Polícia Militar de Goiás, visando aprimorar as ações de prevenção e repressão ao crime no estado. A eficácia dessas ferramentas tecnológicas está relacionada à sua capacidade de ampliar o alcance da vigilância e da percepção dos delitos, possibilitando uma atuação mais eficiente e abrangente.

Ao considerar a realidade específica de Goiás, a implantação desses sistemas poderia contribuir para a melhoria da segurança pública, especialmente em áreas de grande fluxo de veículos e com suscetibilidade à ocorrência de delitos, como roubo e furto. Além disso, a utilização do videomonitoramento e cercamento eletrônico poderia criar uma malha fiscalizatória mais abrangente, auxiliando na identificação e punição dos infratores, bem como na prevenção de crimes contra o patrimônio.

A aplicação dessas tecnologias na Polícia Militar de Goiás demandaria a realização de estudos de viabilidade, considerando as características geográficas, demográficas e criminais do estado. A integração desses sistemas com as estratégias de segurança pública e a capacitação dos profissionais envolvidos seriam aspectos fundamentais a serem considerados. Além disso, a elaboração de um plano de trabalho e a análise técnica do projeto de implantação seriam etapas importantes para garantir a efetividade e a adequação do sistema à realidade local.

Portanto, a aplicação do sistema de videomonitoramento e cercamento eletrônico na Polícia Militar de Goiás poderia representar uma importante ferramenta para fortalecer as ações de prevenção e repressão ao crime, contribuindo para a promoção da segurança pública e para a redução dos índices criminais no estado.

As possíveis diferenças do sistema de monitoramento implantado na Polícia Militar de Goiás em relação a outros estados podem estar relacionadas a diversos fatores, como a infraestrutura local, os índices criminais, as demandas de segurança pública e as particularidades regionais. Por exemplo, a topografia e a geografia do estado de Goiás podem influenciar na escolha dos locais de instalação das câmeras de monitoramento e na definição das rotas de patrulhamento (Maia; Assis, 2019; Gonzales *et al.*, 2019; Detone; Trindade, 2022).

Além disso, as características demográficas e culturais da população goiana podem demandar estratégias específicas de atuação da polícia militar, que devem ser consideradas na implantação do sistema de monitoramento. Outra possível diferença pode estar relacionada à integração do sistema de monitoramento com outras ferramentas tecnológicas utilizadas pela polícia militar, como o reconhecimento facial e o uso de drones. A combinação dessas tecnologias pode potencializar a eficácia do sistema de monitoramento, permitindo uma atuação mais ágil e eficiente da polícia militar. Por fim, a capacitação dos profissionais envolvidos na operação do sistema de monitoramento também pode ser uma diferença relevante em relação a outros estados (Maia; Assis, 2019; Gonzales *et al.*, 2019;).

A formação dos policiais militares para o uso adequado das ferramentas tecnológicas e para a interpretação das imagens captadas pelas câmeras de monitoramento é fundamental para garantir a efetividade do sistema. Em resumo, as possíveis diferenças do sistema de monitoramento implantado na Polícia Militar de Goiás em relação a outros estados podem estar relacionadas a diversos fatores, como a infraestrutura local, os índices criminais, as demandas de segurança pública e as particularidades regionais, além da integração com outras ferramentas tecnológicas e a capacitação dos profissionais envolvidos.

2.3 PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE NO ESTADO DE GOIÁS

A prevenção e repressão da criminalidade é um desafio constante para as agências de segurança pública em todo o mundo. No estado de Goiás, a Polícia Militar tem um papel fundamental na prevenção e repressão do crime, mas é necessário adotar uma abordagem abrangente e integrada para enfrentar esse desafio. Uma das estratégias que podem ser adotadas é a colaboração entre o governo, as instituições da justiça criminal, organizações da sociedade civil e a comunidade em geral na implementação de políticas integradas que combinem estratégias de prevenção e repressão (Maia; Assis, 2019).

A Polícia Militar de Goiás pode trabalhar em parceria com outras agências de segurança pública, organizações locais e a comunidade para desenvolver e implementar programas de prevenção social e repressão ao crime. Além disso, é importante avaliar continuamente a eficácia das estratégias de prevenção e repressão da criminalidade. A Polícia Militar de Goiás pode adotar uma abordagem baseada em evidências, avaliando regularmente a eficácia de suas operações e programas e adaptando-os às necessidades locais.

Outro ponto importante é investir em treinamento, capacitação e equipamento para as forças policiais, visando aprimorar a eficiência e eficácia das operações de repressão ao crime. A Polícia Militar de Goiás pode investir em treinamento e capacitação de seus policiais, bem como em tecnologias inovadoras para fortalecer a segurança pública (Gonzales *et al.*, 2019).

Em resumo, a prevenção e repressão da criminalidade em Goiás requer uma abordagem abrangente e integrada, que leve em consideração as especificidades locais e as necessidades da população. A colaboração entre as agências de segurança pública, organizações locais e a comunidade em geral, a avaliação contínua da eficácia das estratégias e o investimento em treinamento e tecnologia são algumas das estratégias que podem ser adotadas para enfrentar esse desafio.

2.4 POLÍCIA COMUNITÁRIA

Com o intuito de abordar de maneira colaborativa os desafios na área de segurança, muitas corporações policiais têm adotado a abordagem da Polícia Comunitária. Essa filosofia visa primariamente estreitar os laços entre as polícias e as comunidades em que estão inseridas, buscando conjuntamente desenvolver estratégias eficazes para lidar com questões relacionadas à violência e à criminalidade (Assis; Costa, 2023).

A concepção da Polícia Comunitária tem sido considerada como uma alternativa viável

para a segurança pública em diversos países, direcionando o foco para a importância de as polícias não agirem de forma isolada em relação às comunidades. Pelo contrário, busca-se garantir que as comunidades sejam ouvidas e tenham participação ativa no processo decisório do Estado. Assim, é fundamental que tanto a polícia quanto a comunidade estejam cientes de sua participação crucial na preservação da ordem pública, um aspecto que representa uma salvaguarda para o pleno exercício da cidadania (Assis; Costa, 2023).

De maneira semelhante, as instituições policiais precisam desenvolver a capacidade de identificar, analisar e propor estratégias para resolver os desafios de segurança enfrentados pela sociedade. Nesse contexto, é pertinente considerar que ressalta que a transição para a filosofia da polícia comunitária está vinculada à transformação cultural e, portanto, depende da aceitação por parte das pessoas. A implementação de uma prática inovadora só é possível mediante a alteração das crenças e valores paradigmáticos dos indivíduos que compõem as organizações, constituindo, em sua totalidade, a cultura institucional. Isso reforça o ditado que sugere que a mudança é uma porta que só se abre de dentro para fora (Marcineiro, 2009).

No planejamento das iniciativas de Polícia Comunitária, é essencial considerar as seis principais forças presentes na sociedade: a polícia, a comunidade, as autoridades civis eleitas, a comunidade de negócios, outras instituições e a mídia (Bondaruk; Souza, 2003).

É importante notar que a implementação de qualquer nova abordagem de trabalho, incluindo o policiamento comunitário, inevitavelmente encontrará resistências, demandando uma análise aprofundada para compreender a necessidade de mudança. Essa constatação é aplicável tanto à polícia quanto aos demais membros da sociedade envolvidos nas ações de policiamento comunitário (Assis; Costa, 2023).

Na cultura policial, observam-se características compartilhadas, sendo algumas delas significativas para explicar a resistência das forças policiais em relação ao desenvolvimento do policiamento comunitário. Uma dessas características é a noção exacerbada de perigo, a qual, quando amplificada, distancia o policial da comunidade na qual atua (Assis; Costa, 2023).

A razão subjacente para o isolamento social dos policiais, que interagem predominantemente entre si, reside no fato de que eles simplesmente não confiam nas pessoas que estão encarregados de policiar – ou seja, todas as pessoas que não são policiais. Conscientes de que o público em geral pode se opor à sua autoridade e ser inconsistente em seu apoio, tanto em relação às políticas policiais quanto aos próprios indivíduos, os policiais mais experientes orientam os mais novos a evitar o contato com civis. Essa orientação é baseada na crença de que, em última análise, os civis sempre tentarão "prejudicar" os policiais (Skolnick; Bayley, 2002, p. 73).

Dessa forma, a aproximação com o cidadão apresenta desafios consideráveis, uma vez que os policiais, ao aplicarem as leis, emitem ordens, realizam autuações de trânsito e efetuam prisões que podem resultar em punições severas. Além disso, o contato entre policiais e cidadãos muitas vezes ocorre após a ocorrência de brigas e atos criminosos, gerando uma hostilidade por parte dos cidadãos em relação à polícia (Goldstein, 2003, p. 206).

Para as organizações policiais, é de extrema importância contar com a colaboração dos cidadãos para assegurar a eficácia, a eficiência e a legitimidade da polícia, estabelecendo assim uma relação de confiança. Nesse contexto, torna-se crucial incorporar nos objetivos planejados pelas organizações, durante o planejamento das ações de segurança, práticas que podem ser denominadas como "policiamento comunitário, policiamento de proximidade, policiamento para resolução de problemas, etc." (Mesquita Neto, 2011, p. 45).

A partir da perspectiva apresentada, a aplicação do policiamento comunitário nos batalhões da Polícia Militar de Goiás é não apenas interessante, mas fundamental para promover uma abordagem mais eficaz e colaborativa na gestão da segurança local. Ao adotar essa filosofia, a polícia busca estreitar os laços com as comunidades, reconhecendo que a parceria entre as forças policiais e os residentes locais é essencial para desenvolver estratégias eficazes diante dos desafios relacionados à violência e criminalidade.

A implementação do policiamento comunitário é positiva, pois envolve tanto a polícia quanto a comunidade na preservação da ordem pública, garantindo o pleno exercício da cidadania para todos os envolvidos. Além disso, ao reconhecer a importância de mudanças culturais na transição para a filosofia da polícia comunitária, a abordagem visa à aceitação e participação ativa das pessoas, transformando as organizações policiais por meio de uma cultura institucional mais colaborativa.

A inclusão das seis principais forças sociais no planejamento, juntamente com a compreensão das resistências e a ênfase na construção de confiança, destaca a relevância do policiamento comunitário como um meio efetivo de aproximar a polícia da comunidade, superando desafios históricos e fortalecendo a segurança de maneira integrada. Portanto, a aplicação do policiamento comunitário nos batalhões da Polícia Militar de Goiás representa uma estratégia fundamental para construir vínculos duradouros e promover uma segurança local eficaz e sustentável. Essa estratégia mostrou-se importante no desenvolvimento do presente estudo.

3 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos do trabalho, este estudo adotou uma abordagem quantitativa, centrando-se na coleta e análise de dados numéricos para avaliar indicadores operacionais e percepções relacionadas às estratégias de prevenção e repressão à criminalidade em Unidades Policiais Militares na Polícia Militar de Goiás. A população-alvo consistirá em membros ativos das Unidades Policiais Militares em Goiás. A amostra será selecionada de forma representativa, garantindo diversidade geográfica e hierárquica.

No primeiro procedimento, o desenvolvimento do questionário foi cuidadosamente conduzido, fundamentado em uma revisão bibliográfica abrangente e nas diretrizes específicas do contexto policial, garantindo que o instrumento seja robusto e abordasse de maneira precisa os aspectos pertinentes. Como segundo passo, o questionário passará por uma fase de avaliação piloto. Nesse estágio, foi submetido a um grupo seletivo de policiais, visando avaliar a clareza, relevância e viabilidade das questões. Essa etapa é crucial para identificar possíveis pontos de aprimoramento e garantir que o questionário seja compreendido de maneira eficaz pelos participantes.

Posteriormente, na etapa de aplicação, o questionário foi administrado de forma eletrônica aos participantes identificados na amostra. Esse método de administração busca assegurar a confidencialidade e anonimato dos participantes, promovendo um ambiente propício para respostas honestas e sem influências externas. Esses procedimentos metodológicos garantiram a qualidade e a integridade dos dados coletados. A análise dos dados quantitativos foi realizada de maneira descritiva e foram utilizadas técnicas estatísticas básicas compostas por gráficos, para resumir e apresentar os resultados. Além disso, foi utilizada uma escala de questões direcionadas aos sujeitos da pesquisa, cuja avaliação ocorreu por meio da Escala Likert, composta por 4 questões cuja variável foi de 1 para insatisfeito a 4 para muito satisfeito. Essa escala serviu para dimensionar o nível de satisfação dos participantes em relação ao problema de pesquisa, bem como as estratégias atuais mais eficazes na prevenção e repressão à criminalidade conforme as especificidades do Estado de Goiás.

A escolha por uma abordagem quantitativa e a aplicação de questionários justifica-se pela natureza mensurável das variáveis de interesse. Essa metodologia proporcionou uma visão objetiva e quantificável da eficácia e percepções relacionadas às estratégias de prevenção e repressão à criminalidade nas Unidades Policiais Militares de Goiás. O caráter estruturado do questionário facilitou a análise descritiva, permitindo uma interpretação clara e acessível dos resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente estudo visou responder à seguinte questão: Como as estratégias de prevenção e repressão à criminalidade podem ser aprimoradas e adaptadas para atender às especificidades das Unidades Policiais Militares na Polícia Militar de Goiás? Mediante a problemática, os sujeitos da pesquisa foram constituídos por membros da Polícia Militar que participaram de forma voluntária, não remunerada, segura e anônima.

Quanto à amostragem, ela foi composta por 62 respondentes em um universo formado por mais de 100 membros da Polícia Militar. Mediante as respostas obtidas, realizou-se a seguinte análise dos dados.

Quadro 1. Questões destinadas aos membros das corporações.

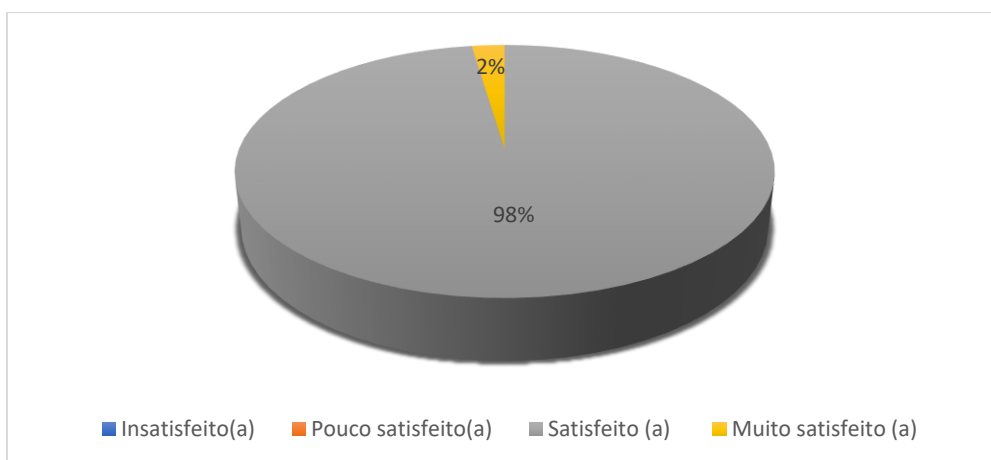
Questão	Insatisfeito(a)	Pouco satisfeito(a)	Satisfeito(a)	Muito satisfeito(a)
1. Como você avalia a relação de reciprocidade entre a polícia e a população?	0	0	50	12
2. Como você avalia o processo de descentralização das atividades por área?	0	0	35	27
3. Como você avalia o engajamento da polícia comunitária e a população na prevenção e combate à criminalidade?	0	12	20	30
4. Quanto à eficiência, como você avalia as ações de repressão e prevenção ao crime, realizadas pela polícia comunitária?	0	10	32	20

Fonte: o autor, 2024.

Em relação à questão “Como você avalia a relação de reciprocidade entre a polícia comunitária e a comunidade em geral?”, observa-se que 98% dos entrevistados responderam estar satisfeitos com a relação estabelecida com a comunidade, já 2% dos respondentes afirmaram estarem muito satisfeitos. As respostas dos participantes denotam que a visão dos policiais é de que a sociedade aceita de bom grado que a polícia comunitária esteja sempre

presente no meio social exercendo seu papel frente à prevenção e combate à criminalidade. O referido percentual se encontra expresso no gráfico 1.

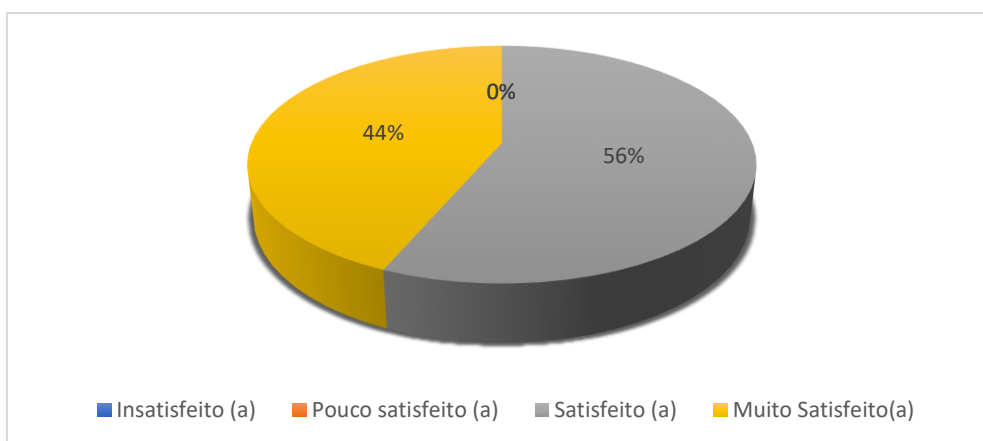
Gráfico 1. Relação de reciprocidade entre a polícia comunitária e a comunidade em geral.



Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

Na segunda pergunta “Como você avalia o processo de descentralização das atividades por área?”, observou-se que 56% dos participantes afirmaram se sentir satisfeito e 44%, muito satisfeito com o processo de descentralização das atividades, visto que isso tornou as ações exercidas pela polícia mais efetivas e eficazes. Esse percentual se encontra registrado no gráfico 2.

Gráfico 2. Como você avalia o processo de descentralização das atividades por área?

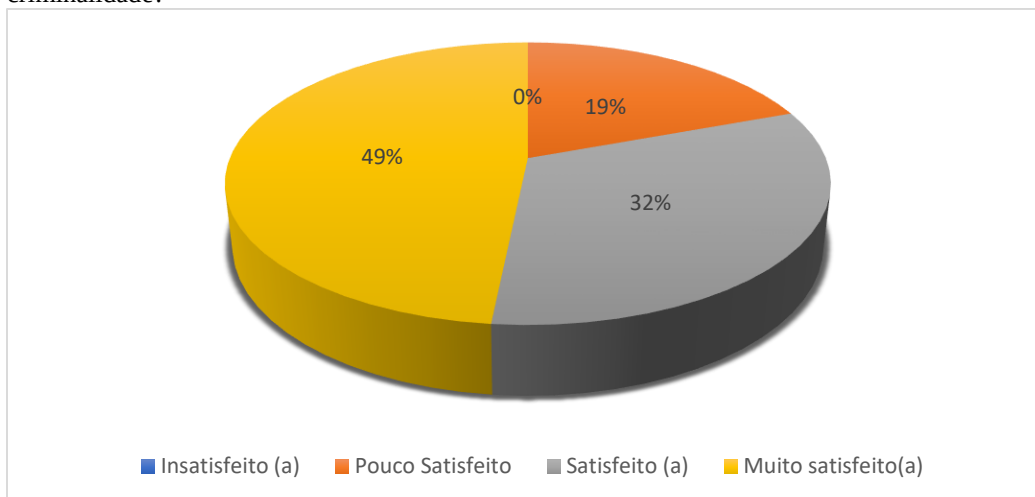


Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

Outra pergunta destinada aos participantes foi “Como você avalia o engajamento da polícia comunitária e a população na prevenção e combate à criminalidade?” De acordo com as respostas, 19% dos sujeitos se apresentam pouco satisfeitos com o engajamento da polícia comunitária e a população. A justificativa para esse percentual se encontra no fato de que, em alguns bairros, o domínio das facções impende que as pessoas auxiliem a polícia, visto que temem as possíveis retaliações. Por sua vez, 32% dos participante alegaram estar satisfeitos e

49%, muito satisfeitos com o engajamento, visto que, na percepção deles há o diálogo com a comunidade, a qual se mostra aberta às ações necessárias para a repressão à criminalidade. Esses percentuais estão registrados no gráfico 3.

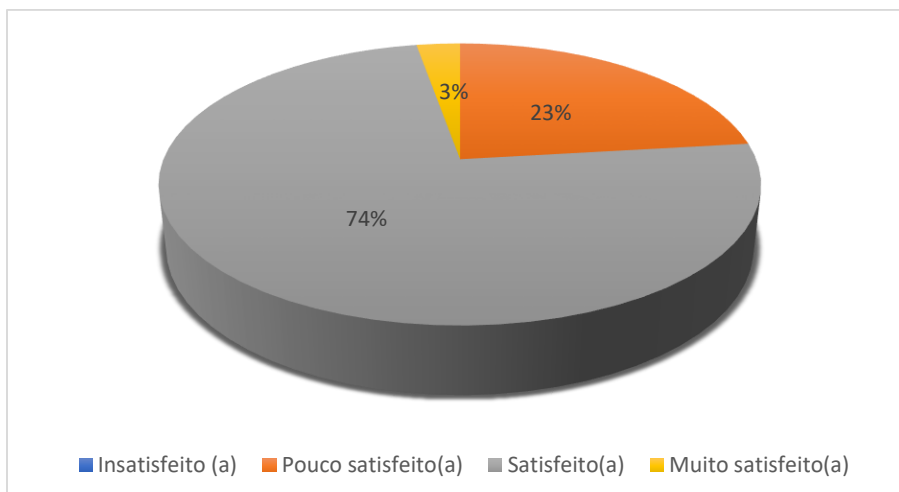
Gráfico 3. Como você avalia o engajamento da polícia comunitária e a população na prevenção e combate à criminalidade?



Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

Foi perguntado aos policiais “Quanto à eficiência, como você avalia as ações de repressão e prevenção ao crime, realizadas pela polícia comunitária?”. De acordo com as respostas 74% revelou se sentir satisfeito, 3%, muito satisfeito e 23% pouco satisfeito com as eficiência das ações. Esse percentual foi justificado pelo fato de que, de acordo com os policiais, a eficiência das ações é comprometida pela baixa adesão da população em algumas circunstâncias, principalmente nas ações de repressão a alguns delitos. O referido percentual se encontra registrado no gráfico 4.

Gráfico 4. Eficiência das ações de repressão ao crime realizadas pela polícia comunitária.



Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

Diante das respostas relacionadas à pesquisa, observa-se os policiais avaliam de forma positiva as estratégias, principalmente na prevenção ao crime. Do mesmo modo, reconhecem que todos os métodos são válidos, desde que a população assuma sua própria responsabilidade sobre as denúncias das práticas criminosas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou constituir uma investigação acerca das estratégias de prevenção e repressão à criminalidade, tendo em vista as especificidades da Polícia Militar do Estado de Goiás. A partir dos resultados obtidos, conclui-se que, de modo geral, o trabalho da polícia é bem avaliado pelos integrantes das corporações, como foi possível comprovar na pesquisa empírica.

Quanto a avaliação sobre a relação de reciprocidade entre a polícia comunitária e a comunidade, observou-se que na visão dos policiais, a sociedade os aceita de bom grado e exige que eles estejam presentes no meio social, sobretudo no que se refere à prevenção e combate à criminalidade.

No que se refere ao processo de descentralização das atividades dos policiais por área, como ocorre nos grandes centros urbanos, avalia-se que os participantes da pesquisa consideram, em sua maioria, positivo, visto que redistribuição dos distritos significa maior envolvimento com os problemas dos setores atendidos e maior possibilidade de reconhecimento de seus pontos mais vulneráveis, tanto em relação à prevenção, quanto à repressão aos delitos.

Ao se tratar da avaliação do engajamento da polícia comunitária e a população quando se trata da prevenção e combate à criminalidade, a maioria dos respondentes se declarou satisfeito. No entanto, observou-se a necessidade de modificar a prática que os cidadãos, principalmente aqueles que habitam as periferias, de não confiar na efetividade da polícia, visto que se sentem ameaçados pelos criminosos, caso haja alguma colaboração em relação às práticas criminosas. Nesse sentido, recomenda-se o trabalho integrado com outras entidades sociais, para conferir o sentimento de pertencimento e segurança à população periférica mais vulnerável.

Quanto à eficiência das ações de repressão e prevenção ao crime, realizadas pela polícia comunitária, a maior queixa dos policiais que participaram da pesquisa se volta para a baixa adesão da população em algumas ações, uma vez que, conforme mencionado, em alguns contextos, as pessoas se sentem ameaçadas pelas facções e grupos criminosos.

Por fim, é possível concluir que os policiais avaliaram positivamente as estratégias que são adotadas pela polícia comunitária, sobretudo ao se tratar da prevenção ao crime. Mas há uma ressalva a ser feita, principalmente em relação ao maior envolvimento dos cidadãos, sobretudo quando for preciso efetivar alguma denúncia sobre os delitos. Por outro lado, com a pesquisa foi possível compreender o cenário em relação à segurança pública e o papel da polícia comunitária e com isso, considera-se que as ações em conjunto e a descentralização dos distritos permite assegurar aos civis seus deveres em relação à proteção contra a criminalidade.

REFERÊNCIAS

BONDARUK, Roberson Luiz; SOUZA, César Alberto. *Polícia comunitária—polícia cidadã para um povo cidadão*. Curitiba: Publicações Técnicas, 2003.

DETONI, P.; TRINDADE.; Ailton C. **A influência do sistema de videomonitoramento e cercamento eletrônico na atividade de polícia**. Revista Pro Lege Vigilanda, Erechim, v. 1, n. 1, p. 21-45, jan. 2022.

Fontes, E., & Hoffmann, H. **Criminologia** (5ª ed.). Editora Juspodivm. 2022.
GOLDSTEIN, Herman. *Policiando uma Sociedade Livre*. Tradução Maria Cristina P. da Cunha Marques. Série Polícia e Sociedade. n. 9. Nancy Cardia (org). São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2003.

GONZALES, Maria Vitória Ribeiro Whitaker *et al.* **Violência e criminalidade na infância e adolescência: a perspectiva do direito**. Anais do 10º Fórum Científico UNIFUNEC: Educação, Ciência e Tecnologia, 11 a 14 de novembro, Santa Fé do Sul (SP), v.10, n.10, 2019.

MAIA, T. P., & ASSIS, M. A. **Utilização do monitoramento da Política de Prevenção à Criminalidade de Minas Gerais**. Revista de Administração Pública, 54(3), 545-560, 2020.

MARCINEIRO, Nazareno. **Polícia Comunitária: Construindo Segurança nas Comunidades**. Florianópolis: Insular, 2009.

MESQUITA NETO, Paulo de. **Ensaio sobre Segurança Cidadã**. São Paulo: Quartier Latin; Fapesp, 2011.

SANTANA, L.; DA SILVA, M.; CHAGAS, C. **Programa Escola da Vida do Corpo de Bombeiro Militar do Pará: uma política pública de prevenção da criminalidade**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 6, n. 7, p. 47385-47399, jul. 2020.

SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H.; BAYLEY, DAVID H. **Policiamento comunitário: Questões e Práticas Através do Mundo**, v. 6. EDUSP, 2002.

APÊNDICE I

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA - Polícia Comunitária: estratégias da Polícia Militar de Goiás na construção de vínculos para a segurança local.

Pesquisador: Guilherme Martins dos Santos Silva

Você está convidado a responder o seguinte formulário de forma voluntária e anônima, ciente de que a pesquisa não irá gerar desconforto ao participante. Marque um x na alternativa que mais se aplica em relação à pergunta.

Questão	Insatisfeito(a)	Pouco satisfeito(a)	Satisfeito(a)	Muito satisfeito(a)
1. Como você avalia a relação de reciprocidade entre a polícia e a população?				
2. Como você avalia o processo de descentralização das atividades por área?				
3. Como você avalia o engajamento da polícia comunitária e a população na prevenção e combate à criminalidade?				
4. Quanto à eficiência, como você avalia as ações de repressão e prevenção ao crime, realizadas pela polícia comunitária?				